

Uma nova aliança: Os Comitês de Bacias Hidrográficas como Parceiros na Construção de Municípios Potencialmente Saudáveis e Sustentáveis

*Cláudio Antonio de Mauro*¹

*Livia Fernanda Agujaro*²

Temos debatido incessantemente a questão da água, sobretudo na nossa região que tem um envolvimento muito forte com o tema. E aqui, nos Comitês dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ), a saúde e a qualidade de vida têm tido uma presença muito consistente, gerando uma viva consciência desta questão. O tema “água” transpassa todo o conhecimento humano, todas as capacidades técnicas e pede uma união de todos os esforços para o enfrentamento dos problemas.

Somos pioneiros nesta discussão do controle de qualidade da água para abastecimento público e na maneira como esta discussão tem se processado. Mas, se por um lado nos preocupamos em discutir a qualidade da água que chega nas nossas torneiras, devemos nos lembrar que há ainda um percentual muito significativo de pessoas que sequer têm acesso à água; a qualquer tipo de água. Há, ainda, as pessoas mais pobres que moram nas margens dos rios e que estão sujeitas às inundações. Julga-se que os rios estão invadindo as cidades... Na verdade, as nossas cidades e as nossas casas é que estão invadindo os rios. Evidentemente, a natureza “se vinga”, ela

¹ Prefeito Municipal de Rio Claro (SP); Presidente dos Comitês PCJ.

² Bióloga da CETESB; Coordenadora Câmara Técnica de Saúde Ambiental - CT-SAM do CBH-PCJ e PCJ Federal.

busca tomar de volta o que lhe pertence. Com a ocupação desordenada das margens e lançamentos de esgotos e efluentes “in natura”, nossos rios se transformaram em verdadeiros esgotos a céu aberto. Hoje, há um conceito de que um rio é aquele escoamento de esgoto, quase sempre colocado em tubo de concreto canalizado ou mesmo correndo completamente aberto, gerando a impossibilidade de um convívio pacífico entre ele e as pessoas. São conflitos urbanísticos, conflitos para a saúde e para a vida das pessoas.

Temos de lutar pela boa qualidade de água, pelo seu uso racional, pelo acesso à água farta e com qualidade. Esta compreensão é indispensável. Não podemos ser acusados de incoerentes na hora das ações. No Brasil, sempre se cultivou a visão errônea de que todos têm de fazer a mesma coisa, sem reconhecer que as pessoas são diferentes, os espaços são diferentes e que as realidades não são iguais. Não devemos impor a mesma lógica para pessoas diferentes. É preciso tratar os desiguais de maneira desigual, respeitadas nossas desigualdades e critérios da democracia. É necessária uma estrutura geral, mas é preciso termos a compreensão das diversidades, das biodiversidades, das diferentes características de nossa população, que foi expulsa de seus lugares de origem, empurrada para viver em circunstâncias que não são adequadas.

Se não enxergamos estas realidades, vamos ter um comprometimento na conduta de nossos técnicos. Eles serão capazes de analisar uma quantidade de água sem a compreensão integrada dos componentes da vida; ou seja, seremos alienados. A alienação é das piores coisas que podem acontecer na vida humana, sobretudo, quando as pessoas desenvolvem a racionalidade que leva a uma mentalidade usuária, mercantil, fundamentada na lógica do capitalismo travestido de neoliberalismo.

Temos de nos preocupar em construir um novo modelo e estabelecer um diálogo diante dos fatos, buscando caminhos para a construção de uma outra realidade. Esta realidade que está aí faz com que os nossos rios sejam canais de esgoto, de conflitos sociais, de falta de alternativas para a vida com qualidade.

Como construir na estrutura das nossas comunidades o diálogo que devemos estabelecer para nosso avanço e atua-

lização como técnicos, como seres humanos?

Não podemos permitir que decepções nos deprimam e criem dificuldades na construção de um novo tempo. O Brasil é um país cheio de esperanças e precisa concretizá-las com ações que valorizem a vida. O tempo é de criação. O tempo é de contribuir para a construção de um novo país. Temos este direito e este dever, mantendo a esperança e oferecendo nossos esforços.

Recursos Hídricos e a Promoção da Saúde

Os recursos hídricos, ao longo da história da humanidade têm propiciado a evolução e fixação de populações por serem essenciais para a sobrevivência do homem e dos seres vivos em ecossistemas naturais. A disponibilidade dos recursos hídricos de qualidade adequada interfere na saúde de populações humanas que deles se abastecem para consumo direto, uso agrícola ou executam suas atividades de lazer.

A relação entre a saúde e o meio ambiente enquanto objeto de estudo, esteve focada nas últimas décadas, principalmente na questão sanitária e ocorrência de doenças de veiculação hídrica como os principais fatores de risco; porém, vem aumentando a presença de compostos químicos dispersos no meio aquático, terrestre e aéreo, oriundos principalmente de atividades industriais, agrícolas e urbanas, que apresentam novos riscos e desafios para a atuação preventiva na promoção da saúde.

De acordo com Born (2000), a seguridade hídrica, ou seja, a satisfação das necessidades humanas de águas mediante a garantia da integridade dos ecossistemas e dinâmicas hidrológicas deve ser considerada em todos os níveis e regiões. Para tanto, é necessária uma visão sistêmica e abrangente de questões e conceitos tão complexos, que conectam a gestão dos recursos hídricos com saúde, educação, segurança alimentar, habitação e saneamento, bem-estar e desenvolvimento social. Cada vez mais a água está se tornando um recurso escasso, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, e à escassez física somam-se a escassez econômica (falta da capacidade de pagar os custos de acesso às águas) e escassez política (desajustes ou diretrizes políticas que impedem algum segmento populacional

de ter acesso à água ou ecossistemas aquáticos).

Neste contexto, os Comitês de Bacias Hidrográficas apresentam-se como fóruns com representações locais, regionais e nacionais, de distintos segmentos da sociedade que, através do intercâmbio de informações e ações, promovem a articulação entre diferentes agentes sociais, para a resolução de conflitos e implementação de programas e políticas públicas, que procuram compatibilizar a proteção e o uso destes recursos, de acordo com conceitos de sustentabilidade e segurança para a saúde humana e do meio ambiente natural no que se refere à sua qualidade.

Como desafio permanente, têm a responsabilidade de garantir a satisfação atual e futura das necessidades humanas de água enquanto abastecimento, produção de alimentos e lazer, com qualidade e quantidade satisfatórias que permitam uma qualidade de vida adequada e o desenvolvimento social. Ainda de acordo com Born (2000), os comitês de bacia contribuem para a mudança de paradigmas, tanto no que concerne às atitudes humanas, individuais e sociais, frente às águas e ao ambiente, como também para a institucionalização de arranjos de controle da vida em sociedade. É onde se exercita a democracia participativa na gestão de um recurso tão precioso, porém cada vez mais escasso e vulnerável aos impactos sociais e ambientais.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ E PCJ FEDERAL)

Os Comitês das Bacias têm como área de atuação a bacia hidrográfica, onde ações no meio terrestre têm reflexos no ambiente aquático através dos lançamentos de efluentes domésticos e industriais, das redes de drenagem urbana, de escoamentos superficiais agrícolas e chuvas ácidas, comprometendo seus usos prioritários, que são a água para consumo humano e dessedentação de animais, conforme Lei Federal 9.433/97 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Em 1991, o Estado de São Paulo iniciou a implantação de seu Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos através da Lei Estadual nº 7.663, de dezembro de 1991,

que contempla o gerenciamento descentralizado, integrado e participativo, e instalou em 1993, o primeiro Comitê Estadual, o das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá que ocupam uma área de 14.040 Km² no Estado de São Paulo. Como as cabeceiras de alguns de seus rios estão localizadas no Estado de Minas Gerais, estes são considerados rios de domínio da União, o que implica na existência de dois comitês: o Comitê Estadual, denominado CHB-PCJ, e o Comitê Federal, denominado PCJ Federal, criado em 20 de maio de 2002. A estrutura do CBH-PCJ é tripartite, composta de órgãos do governo, prefeitos dos municípios e entidades da sociedade civil e do PCJ Federal é composta de 40% de representantes do poder público, 40% de usuários dos recursos hídricos e 20% de organizações civis. Suas Câmaras Técnicas são consultivas e integradas por especialistas de diversas áreas e representantes de organizações públicas e civis, de livre adesão, atendendo aos dois comitês conjuntamente.

Os Comitês PCJ abrangem uma população de aproximadamente 4,5 milhões de habitantes, distribuídos em 58 municípios paulistas e 4 mineiros. A região em que se encontram estas bacias apresenta elevado desenvolvimento econômico, porém, a constante degradação ambiental nestas bacias hidrográficas de intensa ocupação antrópica tem alterado significativamente a qualidade de seus corpos d'água, com graves problemas de poluição hídrica.

Na busca do fortalecimento das relações entre diferentes atores sociais para a construção de estratégias destinadas ao enfrentamento destes problemas e no resgate de uma qualidade de vida digna aos cidadãos, é que os Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal têm estabelecido uma parceria com a Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis, compartilhando os saberes através da troca de informações e experiências entre seus membros, participação em palestras e projetos articulados. Este compartilhamento muito têm contribuído para reflexões e transformações na forma de pensar e na reconstrução dos planejamentos locais no território dos municípios na busca dos espaços saudáveis.

A Câmara Técnica de Saúde Ambiental CT-SAM

Em 28/03/2002 foi criado o Grupo Técnico de Saúde Ambiental, transformado depois em Câmara Técnica – CT-SAM. A importância da criação desta câmara foi trazer a este fórum, profissionais que atuam na saúde pública, especialmente dos municípios integrantes do Comitê, para a realização de uma discussão conjunta com órgãos ambientais e gestores dos recursos hídricos, operadores do sistema de abastecimento de água, instituições de ensino e pesquisa e sociedade civil, dos impactos na saúde que determinadas condições ambientais ocasionam na qualidade da água e no território da bacia hidrográfica como um todo. A CT-SAM é composta atualmente por 70 membros representantes de 34 instituições.

A atuação da Câmara Técnica de Saúde Ambiental do CBH-PCJ e PCJ Federal tem ênfase em três programas principais:

- qualidade da água e aplicação da Portaria MS 518/04 sobre controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano
- mapeamento de riscos sanitários e ambientais para a remediação de sistemas hídricos degradados
- integração regional de estratégias em saúde, meio ambiente e educação como “Agenda 21 Regional”, “Municípios Saudáveis” e “Atenção Primária Ambiental”, na promoção da intersetorialidade e inserção de conceitos e programas em saúde ambiental no planejamento e gestão dos recursos hídricos e meio ambiente associados.

Através do trabalho regional de divulgação e sensibilização sobre estes temas, favorece a troca de experiências e a articulação entre seus membros e demais integrantes da sociedade, para a convergência das ações que permitam uma atuação prática na construção coletiva de ações na promoção da saúde e sustentabilidade ambiental.

Referências Bibliográficas:

BORN, H.R. *Seguridade Hídrica, Comitês de Bacia Hidrográfica e Cidadania*. Brasília, R. CEJ., Brasília, n.12, p.

63-70. 2000.